

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO CARÁTER DAS DECISÕES E AÇÕES DOS COLONIZADORES PIONEIROS DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ

CONTRIBUTION TO STUDY OF ACTIONS CHARACTER OF DECISIONS BY PIONEERS COLONIZERS FROM CIDADE GAÚCHA, PARANA STATE

Valdir GOMES¹
Manoel Luiz dos SANTOS²

Recebido em: 03/10/2017

Aceito em: 22/08/2018

<http://dx.doi.org/10.4025/cadadm.v26i1.39906>

RESUMO

O trabalho teve por objetivo compreender a natureza conceitual do pensamento e do conhecimento que fundamentaram as práticas e o papel dos homens como agentes geográficos intervencionistas, para uso e ocupação do solo do município de Cidade Gaúcha, no Noroeste do Estado do Paraná, durante a década de 1950, em suas relações com o processo de ocupação e uso do solo. Em complemento, buscou-se identificar se o processo ocorreu em conformidade com os dispositivos legais sobre a matéria vigentes à época. A pesquisa enquadra-se na classe dos estudos de caso e de caráter qualitativo, sendo que na análise utilizou dados secundários do IBGE e IPARDES, e dados primários obtidos por meio de entrevistas com colonizadores pioneiros. O resultado do estudo mostrou que os mesmos não possuíam conhecimento do código florestal vigente à época, assim como se apresentava uma completa ausência dos agentes do poder público no cotidiano do processo. Esses fatos permitiram também concluir que as decisões e ações dos agentes colonizadores foram baseadas no isomorfismo mimético.

Palavras-chave: Ação Antrópica. Meio-ambiente. Neo-Institucionalismo.

ABSTRACT

The study aimed to understand the knowledge and conceptual nature of thought which founded practices and men's role as geographic interventional agents of soil's occupation and

¹ Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

its use in Cidade Gaúcha municipality, Northwestern of Paraná State, during the 1950s, as well about occupation process approach and soil use. In addition, was sought to identify if the process really had occurred according to legal devices about the subject, prevailing at time. The research is considered as study of case and likewise a qualitative one. Methodology took secondary data from IBGE and IPARDES and primary data were obtained through interviews with pioneer colonizers. Results showed that pioneers had no knowledge about prevailing forest code at that time, and there was also a complete absence of government agents, in everyday life during colonization process. In addition, these facts have led to conclude that decisions and actions of colonizers agents were based on mimetic isomorphism.

Keywords: Anthropoid Action. Environment. Neo-Institutionalism.

1 INTRODUÇÃO

Registros históricos indicam que as primeiras movimentações de colonizadores em território paranaense ocorreram a partir do século XVI. Conforme Pinheiro Machado (1951), o processo de ocupação dividiu-se em três frentes pioneiras: a chamada Paraná tradicional, com avanço do litoral para o planalto; a da região Norte, ligada à onda cafeeira paulista; a da região Sudoeste, com a corrente migratória do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Serra (1991) indica que a finalização da ocupação do território paranaense ocorreu na década de 1960. Destaca esse autor que “esgotada a fronteira interna e não mais tendo para onde avançar, as frentes desaparecem deixando como herança uma série de problemas, produto de distorções ocorridas nas diferentes etapas dos processos de repartição e apropriação da terra” (SERRA 1991, p. 19). Dentre esses problemas herdados, e para o caso desse trabalho, destaca-se o ambiental, na perspectiva legal, e do engajamento nas práticas preservacionistas por parte dos colonizadores pioneiros.

No caso do Norte do Paraná, em linhas gerais a (re)ocupação³ e a colonização ocorreram durante a primeira metade do século XX e desenvolveu-se em uma espécie de ondas sucessivas que podem ser caracterizadas por frentes pioneiras. Teve início pelo Norte Pioneiro ou o denominado Norte Velho, alastrando-se posteriormente em duas novas frentes: o Norte Novo e o Norte Novíssimo. Para o caso desse estudo interessa, de maneira especial, a região Norte Novíssimo, uma vez que a mesma engloba a região Noroeste onde está localizado o território de Cidade Gaúcha.

Dois aspectos significativos ligam-se aos primórdios de Cidade Gaúcha. O primeiro diz respeito ao próprio êxodo gaúcho verificado na década de 1950, que, segundo Oliveira (1960), significara a nordestização do Rio Grande do Sul, cuja adjetivação é uma referência ao processo anterior ocorrido na Região Nordeste. Dentre os fatores que levam à nordestização, Oliveira (1960) destaca: o nível de pobreza já institucionalizado naquela grande região; a transferência de recursos do Nordeste para o Sudeste⁴ brasileiro; a lentidão do desenvolvimento econômico; a baixa utilização ou em proporções injustas das divisas

³ A denominação de (re)ocupação liga-se ao fato de que essa nova frente pioneira não constitui o marco inicial da ocupação dessa região. Conforme Serra (1991), existem indícios da presença de missões religiosas dos jesuítas que remontam ao século XVII, assim como a instalação da colônia militar de Jataí e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo da Serra, na segunda metade do século XIX.

⁴ Conforme Oliveira (1960), Espírito Santo, Minas Gerais, Estado da Guanabara, Estado do Rio e São Paulo constituem o chamado Brasil Sudeste.

geradas. Conforme o autor, todo o Nordeste é paradigma da imobilização do Brasil Rural, sendo essa área rural caracterizada pela monocultura e pastoreio extensivos.

Ainda segundo Oliveira (1960), a migração de camponeses do Rio Grande do Sul ocorre em larga escala e destaca que, à época, 90% da população de Santa Catarina era originária daquele estado. Além disso, o autor indica uma migração substancial para o Sudoeste do Paraná e observa que:

Paulo R. Schilling, diretor geral da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do Brasil afirma que, no êxodo rural gaúcho, a maior percentagem é de homens válidos: o capital humano gaúcho está também emigrando, em escala assustadora. Tal como sucede no Nordeste. Em procura de novas terras, e mais baratas, o gaúcho está tomando até o rumo da baixada maranhense, região de plantio de arroz, a qual com seus campos e planícies meio-amazônicas, é uma espécie de pampa com água (OLIVEIRA, 1960, p. 9-10).

Na verdade, a situação econômica gaúcha na década de 1950 se configurava como crítica. Com aumentos populacionais acima da média brasileira, minimização da propriedade em função da sucessão familiar em determinadas áreas e agigantamento, em outras, em razão da pecuária. Em decorrência desse cenário, a população rural gaúcha se confrontava com uma situação de desemprego. Por outro lado, a baixa capacidade do setor urbano em absorver essa mão de obra contribuiu para a alternativa de migração para outros estados na década de 1950.

O segundo motivo liga-se aos atrativos da colonização do Estado do Paraná com suas sucessivas fronteiras agrícolas denominadas de Norte, Norte Novo e Norte Novíssimo. No caso específico de Cidade Gaúcha, cujo planejamento e execução foram de responsabilidade da Imobiliária Ypiranga de Boralli & Held, além dos atrativos da colonização do Norte do Paraná, soma-se a própria denominação do seu nome que, de acordo com Ferreira (2006, p. 89),

A empresa escolheu estrategicamente a denominação Cidade Gaúcha, cujo intuito era atrair famílias vindas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O ardil funcionou e poucos foram os povoadores que não os da zona meridional. Em pouco tempo perdiam-se nos horizontes as copas dos cafezais, intermináveis, que dividiam espaços com o feijão, milho e arroz, as culturas de subsistência dos pioneiros.

Ao considerar-se o processo de ocupação da região de Cidade Gaúcha pelos colonizadores Gaúchos e os impactos no solo, fruto dessa migração, importantes aspectos podem ser identificados no que se refere ao suporte social e formal utilizado. Na dimensão da preservação ambiental e do conceito da sustentabilidade, apoiado na teoria neo-institucionalista sociológica, neste estudo busca-se compreender o caráter das decisões e ações dos agentes colonizadores do Município de Cidade Gaúcha no Estado do Paraná, bem como as relações com as instituições públicas.

Cabe observar que as relações do homem com a natureza podem ser evidenciadas como uma variável consistente para justificar o desenvolvimento do presente estudo. Nessa dimensão relacional - homem e espaço geográfico - podemos nos apoiar nas considerações de Dollfus (1991, p. 29), de que “a ação humana tende a transformar o meio natural em meio geográfico, isto é, em meio moldado pela intervenção do homem no decurso da história”. Sob essa perspectiva, o presente estudo foi conduzido e o suporte a essas ações, tratado na consideração da influência do ambiente institucional no processo.

De forma a atender a essa expectativa, o artigo se apresenta estruturado apresentando, além desta introdução: a fundamentação teórica, na seção dois, que discute o institucionalismo, seguindo, principalmente, a proposição de Scott (1995); a seção três, que apresenta os procedimentos metodológicos para estudo, com destaque para o processo de coleta e análise

dos dados primários; a seção quatro, em que se discutem os resultados do estudos; a seção de conclusão, que finaliza o artigo, seguida das referências utilizadas.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Nesse estudo, pauta-se pela compreensão das relações ocorridas na vida cotidiana, mais precisamente “o conhecimento que dirige a conduta na vida diária”⁵. Portanto, compreender uma dada construção social a partir da perspectiva do senso comum, assim como as consequências da ausência do poder público no sentido de promover, que essa dada construção social ocorra em conformidade legal com disposições e normas vigentes.

Contudo, a proposta apenas tangenciou uma percepção, teórica e intelectual, extremamente apuradas de uma determinada realidade. Buscando alicerces, portanto, no neo-institucionalismo, que tem se mostrado como uma das ferramentas adequadas para a compreensão e entendimento do isomorfismo. Neste caso, podendo ser entendido como uma tendência ascendente para a convergência, por meio da imitação, buscando a legitimação para a decisão ou ação. Podendo, ainda, receber a classificação de isomorfismo mimético, pois se enquadra na situação de adoção de procedimentos e arranjos já utilizados por outros agentes.

Nesse cenário, a compreensão das decisões e das ações dos indivíduos e seus reflexos coletivos devem ter em conta, necessariamente, as relações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais. Essas relações ou mediações caracterizam e dão forma às instituições. De acordo com Scott (1995, p. 33):

As instituições consistem de estruturas cognitivas, normativas e reguladoras, e de atividades que dão provimento à estabilidade e ao sentido do comportamento social. As instituições são transportadas por vários suportes – culturas, estruturas e rotinas – que operam em múltiplos níveis de jurisdição. Nessa conceituação, as instituições são sistemas multifacetados incorporando sistemas simbólicos - construções cognitivas e regras normativas - e processos regulativos que moldam o comportamento social.

Ainda na esteira das reflexões sobre essa visão da tomada de decisão para a ação, tendo como base conceitual o neo-institucionalismo e a instituição, as discussões perpassam pelas premissas de Berger e Luckmann (2002). Para eles, torna-se necessária uma teoria da institucionalização para compreender as causas que levam à ação, manutenção e transmissão de uma ordem social, independentemente daquelas estabelecidas biologicamente. Defendem ainda que a institucionalização é precedida por processos de formação de hábitos, enfatizando que:

Toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que, ipso facto, é apreendido pelo executante como tal padrão. O hábito implica, além disso, que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico. Isto é verdade na atividade não social assim como na atividade social (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 77).

Também é importante resgatar as ponderações de Dimaggio e Powel (1983, p. 150), que identificam três mecanismos de mudança por meio do isomorfismo institucional. Em síntese afirmam que:

⁵ Berger; Luckmann, 2002.

Podemos identificar três mecanismos através do qual a mudança isomórfica institucional ocorre, cada um com seus próprios antecedentes: 1) isomorfismo coercitivo que decorre da influência política e do problema da legitimidade; 2) isomorfismo mimético resultante de respostas padrão para a incerteza; e 3) isomorfismo normativo, associado com profissionalização.

Em resumo, a base fundamental teórica está de acordo com Scott (1995), advogando que na concepção cognitiva das instituições o papel central é representado pelo quadro comum de significados originário de uma construção socialmente mediada. Esses significados serão sustentados por três pilares: regulador, institucional e cognitivo e que possuem diferentes ênfases e portadores. O Quadro 1 mostra os pilares e seus portadores.

Quadro 1 - Pilares institucionais e portadores.

PORTADORES	PILARES		
	REGULADOR	NORMATIVO	COGNITIVO
CULTURAS	regras, leis	valores, expectativas	categorias, tipificações
ESTRUTURAS SOCIAIS	governança, poder	regimes, autoridade	isomorfismo, identidade
ROTINAS	protocolos, padrões, procedimentos	conformidade, cumprimento do dever	desempenho, roteiros

Fonte: SCOTT (1995).

A cultura, como portadora dos pilares institucionais, relaciona-se com a competência ou sabedoria sobre um assunto ou fato, isto é, possuir conhecimento de causa. Nesse sentido, cultura alinha-se à instrução, ao saber, no presente caso ao estudo das regras e leis – pilar regulador; aos valores e expectativas – pilar normativo; e – às categorias e tipificações – pilar cognitivo.

Com relação às estruturas sociais, Scott (1995) esclarece que elas representam um sistema de papéis a serem desempenhados, assim como elas dependem das redes padronizadas, das posições sociais e das expectativas. São representadas pelo poder e pela governança em relação ao pilar institucional regulador; aos regimes e à autoridade com o pilar normativo; e à identidade e ao isomorfismo na categoria cognitiva. Por fim, as rotinas significando os padrões, protocolos e procedimentos em relação ao pilar regulador; à conformidade e ao cumprimento do dever no pilar normativo; e aos roteiros e desempenhos no pilar cognitivo.

Na verdade, nesse caso de desbravamento, ocupação e uso do solo para finalidades agricultáveis e criação de animais, era fundamental que os colonizadores conhecessem as regras e leis. Além disso, era necessária a presença física da governança do poder público para dar conformidade aos procedimentos padronizados produzindo a conformidade do pilar institucional regulador. Esse cenário ideal influenciaria os valores e expectativas e o significado de cumprimento do dever estaria atrelado ao cumprimento das regras e leis, configurando o pilar normativo nessa mesma direção. Nesse pormenor, é importante redizer que, de acordo com Scott (1995), o comportamento dos agentes é influenciado pelas estruturas, tanto nas restrições quanto nas suas capacitações, sendo esses agentes transformados por esse mesmo comportamento.

No caso do pilar cognitivo, inserido nesse cenário ideal, o mesmo estaria umbilicalmente ligado à ênfase da legitimação que estaria revestindo a questão regulatória da efetiva legalidade e, por extensão, seria determinante na construção social em movimento, dando ao pilar normativo plena moralidade. Então, o pilar cognitivo teria como base a cultura e o domínio de conceitos apropriados à obra em execução, isto é, a legitimação não é apenas uma

questão de valores; ela implica, necessariamente, em conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 1966). Em outras palavras, estaria isenta do mimetismo e do isomorfismo.

Por outro lado, o estudo baseou-se, também, em dados secundários, por meio da utilização de imagens aéreas obtidas por satélite com suporte, métodos e materiais com rotulação da informação registrada pelo sensor remoto em imagens digitais, através de algoritmos computacionais, por ser classificada como peça fundamental na caracterização da distribuição dos alvos na superfície terrestre.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa está inserida na área das ciências humanas e sociais aplicadas, caracterizando-se, quanto ao método, como descritiva e de natureza qualitativa. Com relação ao método, é pertinente resgatar o pensamento de Manen (1990) de que em ciências humanas um método de pesquisa é só um modo de investigar certos tipos de perguntas. Destaca também, “[...] que o modo como a pessoa articula certas questões tem algo a ver com o método de pesquisa que ela tende a se identificar” (MANEN, 1990, p. 1). ”.

Conforme Manen (1990), é necessário reconhecer que a ciência opera com seus próprios critérios de precisão, exatidão e rigor e nas ciências quantitativas, precisão e exatidão são normalmente vistas como indicativos de refinamento da medida e perfeição do “*design*” da pesquisa. Em contraste, a ciência humana se esforça para ter precisão e exatidão por meio de descrições interpretativas que exigem altos níveis de detalhamento. Advoga, então, que um texto forte e rigoroso da ciência humana se distingue por sua coragem e determinação em defender a singularidade e a significância da ideia para a qual se dedicou. Para isso, a ciência humana necessita estar preparada para ser “macia”, “emocionante”, “sutil” e “sensível” em seu esforço para explicar os significados dos fenômenos de vida por meio da nossa consciência reflexiva.

Quanto à categoria qualitativa, consideram-se duas razões principais. A primeira diz respeito ao fato de que, para a obtenção dos dados primários, foram realizadas entrevistas orientadas por roteiro semiestruturado, envolvendo a história de vida dos entrevistados, cujo diálogo contextualizado foi construído entre o entrevistador e o entrevistado. A segunda, diz respeito às intenções declaradas em não estabelecer ou apresentar relações estatísticas entre os fenômenos pesquisados. Nessa dimensão, Minayo (2008, p. 22-23) defende que:

[...] são as Metodologias de Pesquisa Qualitativa, entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

Destaca a autora, também, que uma das implicações inerentes a esse conceito refere-se à possibilidade de se considerar científico ou não trabalhos de investigação que, “ao levar em conta os níveis mais profundos das relações sociais, não pode operacionalizá-los em número de variáveis, critérios usualmente aceitos para emitir juízo de verdade no campo intelectual”. (MINAYO, 2008, p. 23).

3.2 COLETA DE DADOS

O Trabalho baseou-se na utilização de dados primários e secundários. Para os dados primários foram utilizados levantamentos, verificações locais e entrevistas, orientadas por roteiro de questões semiestruturadas, com os colonizadores pioneiros que promoveram o processo de ocupação e uso do solo.

O roteiro para a entrevista semiestruturada foi desenvolvido em consonância com as ponderações de Minayo (2008, p. 191) de que o mesmo deva “[...] ser construído de forma que permita flexibilidade nas conversas e a absorver novos temas e questões trazidas pelo interlocutor como sendo de sua estrutura de relevância.” Ainda segundo a autora, em uma entrevista de cunho qualitativo jamais devemos enveredar em direção a questões relacionadas com conceitos ou formas de questões que induzam às respostas dicotômicas do tipo *sim* ou *não* ou definições abstratas fora do contexto vivencial do entrevistado.

Desta maneira, o roteiro de orientação foi elaborado com a visão de se conseguir interface com esses fundamentos, procurando também um enquadramento mais próximo possível dos indicativos de que:

Roteiro, portanto, é sempre um guia, nunca um obstáculo, não devendo prever todas as situações e condições de trabalho de campo. É dentro dessa visão que deve ser elaborado e usado, facilitando a emergência de temas novos durante o trabalho de campo, provocado por seu questionamento. (MINAYO, 2008, p. 190).

A aplicação da entrevista teve como base um cadastro de pioneiros disponibilizado pelo poder público local, constituído de 230 registros, sendo que a previsão era de entrevistar em torno de 10% dessa população. Em análise preliminar, desse cadastro identificaram-se nove nomes com a indicação de falecidos e noventa e cinco registros com nomes femininos, para os quais o próprio poder público do município esclareceu tratar-se de viúvas, cujos cônjuges já haviam falecido à época do cadastramento. Desta maneira, a população alvo reduziu-se a 128 pioneiros.

Na análise dos dados, tomou como referência fundamental os três pilares institucionais propostos por Scott (1995): regulador, normativo e cognitivo. Portanto, necessário se faz estabelecer o vínculo de cada questão com os pilares. O Quadro 01 demonstra essa vinculação, a qual orientou a análise dos resultados.

Para os dados secundários foram utilizadas imagens do satélite Landsat 5, sensor TM, disponíveis pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) através do site: www.inpe.br. A cena pertence à Órbita/Ponto 222/076 obtida em 29/08/1990, 24/08/2000 e 03/07/2010. Metodologicamente, as imagens passaram pelo processo de geo-referenciamento com base em imagens adquiridas pelo Global Land Cover Facility, disponível em www.landcover.org/index.shtml. Ainda, foi utilizado o método de polinômios de primeiro grau e interpolação por vizinho mais próximo com RMS (Root Mean Square) inferior a 0,5 pixels, de acordo com Daí e Khorram (1998), na projeção Universal Transverse Mercator (UTM) e Datum WGS 84, utilizando-se o software ENVI 4.5 (RSI, 2008).

Quadro 1 – Vinculação das questões com os pilares institucionais

ORD	QUESTÃO	PILARES		
		R	N	C
1	Local de origem?	//	//	//
2	Grau de instrução à época?			X
3	Qual a atividade que exercia no local de origem? Se agrícola, com que tipo de lavoura trabalhava?		X	
4	Como tomou conhecimento da nova fronteira agrícola?		X	X
5	Qual o ano da chegada a Cidade Gaúcha?	//	//	//
6	Qual o motivo da vinda para a nova região?		X	X
7	Como eram as condições na sua região de origem?		X	
8	Quais foram as condições encontradas quando da sua chegada à região?		X	
9	Como eram as leis sobre o meio ambiente naquela época? Quem fiscalizava? Tem lembrança sobre a presença dos órgãos público na região?	X		
10	Tem recordação se as questões ambientais eram tratadas ou consideradas naquela época?	X	X	
11	Quanto às regras existentes sobre preservação ambiental quais eram as principais?	X		
12	Quanto à água, qual era a principal preocupação quando da chegada à região? E como percebe isso hoje?		X	
13	De onde vinha a principal orientação para ocupação e preparação das áreas de plantio? Havia algumas limitações?	X	X	
14	Como recebia as orientações sobre a ocupação da área? Mudou algo em relação ao que fazia no seu local de origem?	X	X	
15	Havia divergências quanto às orientações recebidas e os costumes e as práticas locais?		X	
16	Houve alguma orientação ou demarcação em relação às reservas legais?	X		
17	Qual foi a lavoura inicial? Se cafeeira, quais as dificuldades iniciais? Como eram feitas as plantações?		X	X
18	Quais foram as dificuldades com a primeira colheita? O que mudou da primeira para a segunda?			X
19	Como eram os contatos com a vizinhança? Havia ajuda mútua? Trabalhos feitos juntos?		X	
20	Antes de iniciar a derrubada da mata você fez algum contato com outras pessoas? Com a colonizadora? Com autoridades?	X	X	
R = REGULADOR; N= NORMATIVO; C= COGNITIVO.				

Fonte: autores.

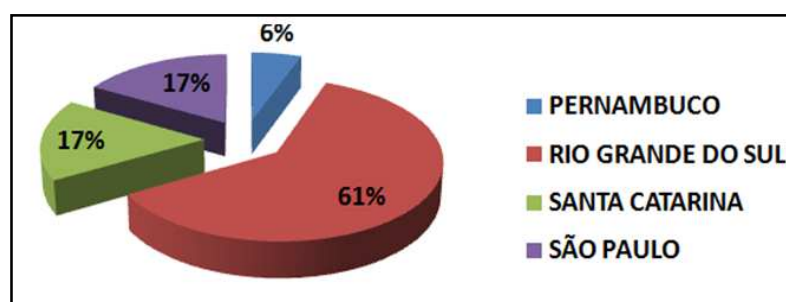
Na sequência, foi recortada a área de estudo e coletadas amostras representativas de cada classe para a classificação. As classes foram definidas como floresta (Floresta Estacional Semidecidual), culturas temporárias, pastagem e cidade. Em seguida, foi aplicado o método de classificação automática Support Vector Machine (SVM) na imagem, utilizando todas as bandas Landsat 5, exceto a banda 6. Por fim, para melhor representação do produto gerado, foram atribuídas cores a cada classe. A cor atribuída a cada classe se refere ao Manual do Uso da Terra desenvolvido pelo IBGE (2006).

Também foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com 18 (dezoito) colonizadores pioneiros de Cidade Gaúcha, dentre uma população possível de 126 pioneiros. A figura 1 mostra graficamente a distribuição da procedência dos colonizadores. Como se observa nessa figura, a maioria é originária do extremo Sul do Brasil, sendo 11 (onze) do Rio Grande do Sul, Santa Catarina com 3 (três). Complementando o quadro, o Estado de São Paulo com 3 (três) entrevistados e Pernambuco, com 1 (um).

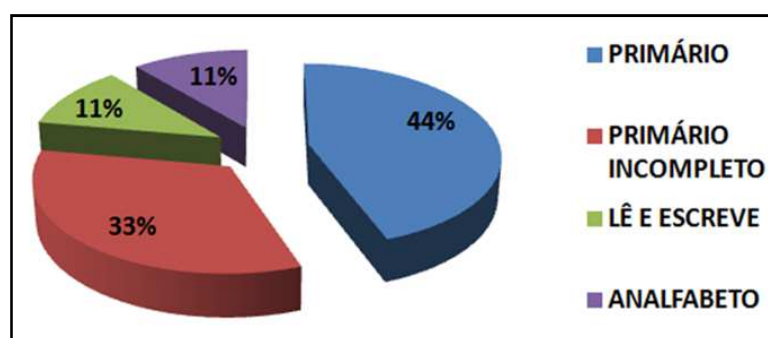
Figura 1 – Distribuição dos pioneiros colonizadores de Cidade Gaúcha quanto à origem.



Fonte: GOMES (2014).

Com relação ao grau de instrução dos pesquisados, 14 (quatorze) deles declararam frequência a uma escola formal, sendo que, desses, 8 (oito) declararam possuir o curso primário completo. Portanto, 6 (seis) deles possuem o curso primário incompleto. Os demais estão divididos equivalentemente em *lê e escreve* e *analfabetos*. A Figura 2 fornece uma visão esquemática dessa distribuição:

Figura 2– Distribuição por grau de instrução



Fonte: GOMES (2014)

Em razão de que esses pioneiros adentraram a região ainda coberta por matas nativas, Figura 3, com o propósito efetivo de promover a derrubada da floresta, procurou-se avaliar os conhecimentos desses colonizadores, sob três aspectos: conhecimento das leis vigentes sobre o processo, no caso o código florestal de 1934 – pilar regulador; recebimento de orientação e fiscalização por parte de órgãos públicos – pilar normativo; e conhecimento tácito sobre práticas preservacionistas – pilar cognitivo.

Figura 3 – Cobertura vegetal nativa do Paraná – 1950.



Fonte: IPARDES

No quesito sobre as leis ambientais, presença e fiscalização do poder público, os dados mostraram uma situação desanimadora. Sobre o conhecimento das leis ambientais, somente um dos entrevistados fez menção de que “tinha ouvido dizer que era necessário deixar 20% de reserva, mas não conhecia as leis”.

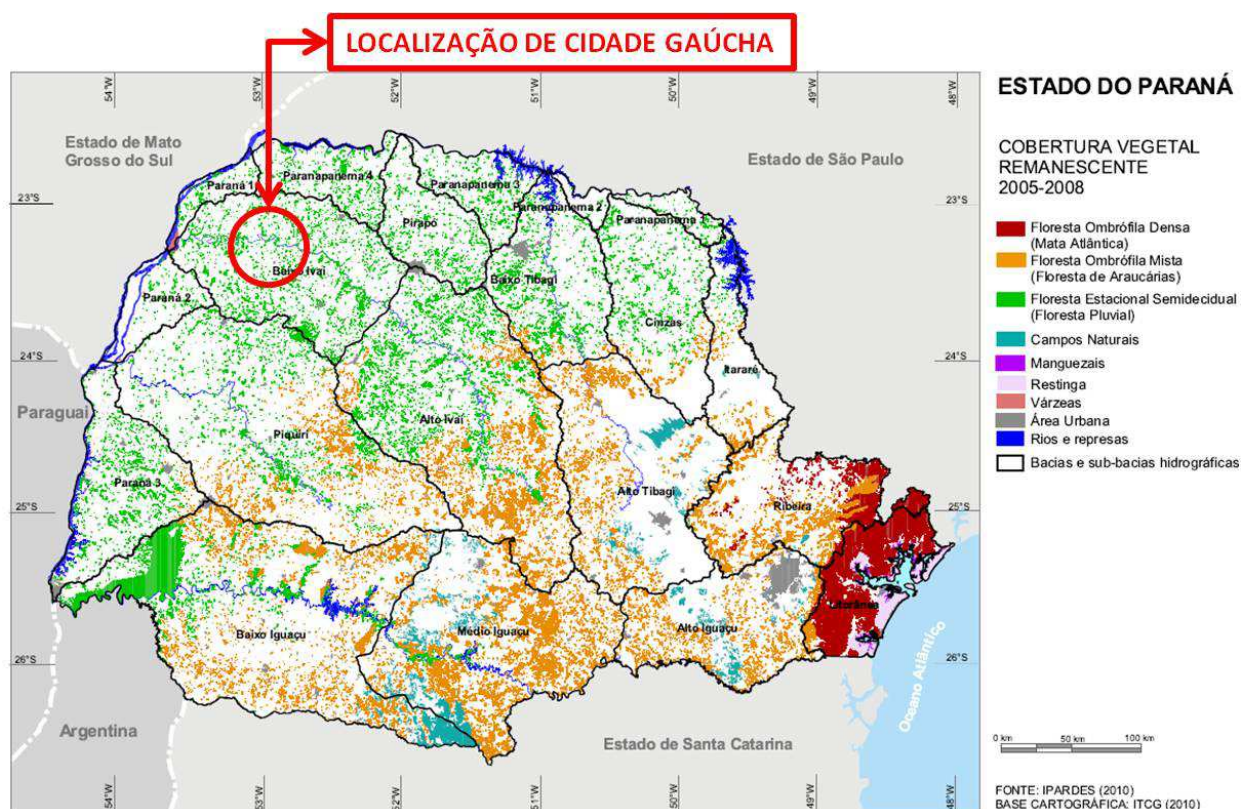
Dessa maneira, infere-se que 100% dos colonizadores pioneiros de Cidade Gaúcha desconheciam as leis ambientais vigentes à época. Esse mesmo parâmetro de 100% se identifica para a inexistência de fiscalização e para a ausência do poder público na região, uma vez que houve unanimidade de respostas no sentido de que nunca foram fiscalizados ou orientados por membros do poder público.

Quanto às práticas preservacionistas no processo de derrubada da mata, obteve-se unanimidade no sentido que “esse assunto não era comentado entre os pioneiros” e questões ambientais não eram consideradas. Infere-se, portanto, que os colonizadores não possuíam conhecimento sobre práticas de preservação ambiental. Ainda, a maioria dos entrevistados declarou despreocupação em relação às águas, incluindo o fato de que as barracas ou ranchos, no primeiro momento, e depois as casas, eram construídas próximo às nascentes, minas ou rios, fato esse que implicava no desflorestamento ao redor dessas áreas.

Dessa maneira, a cobertura nativa da área em estudo, Figura 3, sofreu um desflorestamento transformador da paisagem cuja dimensão pode ser observada na Figura 4.

Ainda acerca desse processo de desflorestamento, conforme Figura 5, os dados sobre a classificação do uso do solo, no município de Cidade Gaúcha, indicam que na década de 1990 somente 3,27% da área total possuíam cobertura florestal, sendo importante registrar que essa cobertura engloba as florestas nativas e as florestas plantadas ou cultivadas.

Figura 4 – Cobertura vegetal remanescente do Paraná – 2005 – 2008.



Fonte: IPARDES

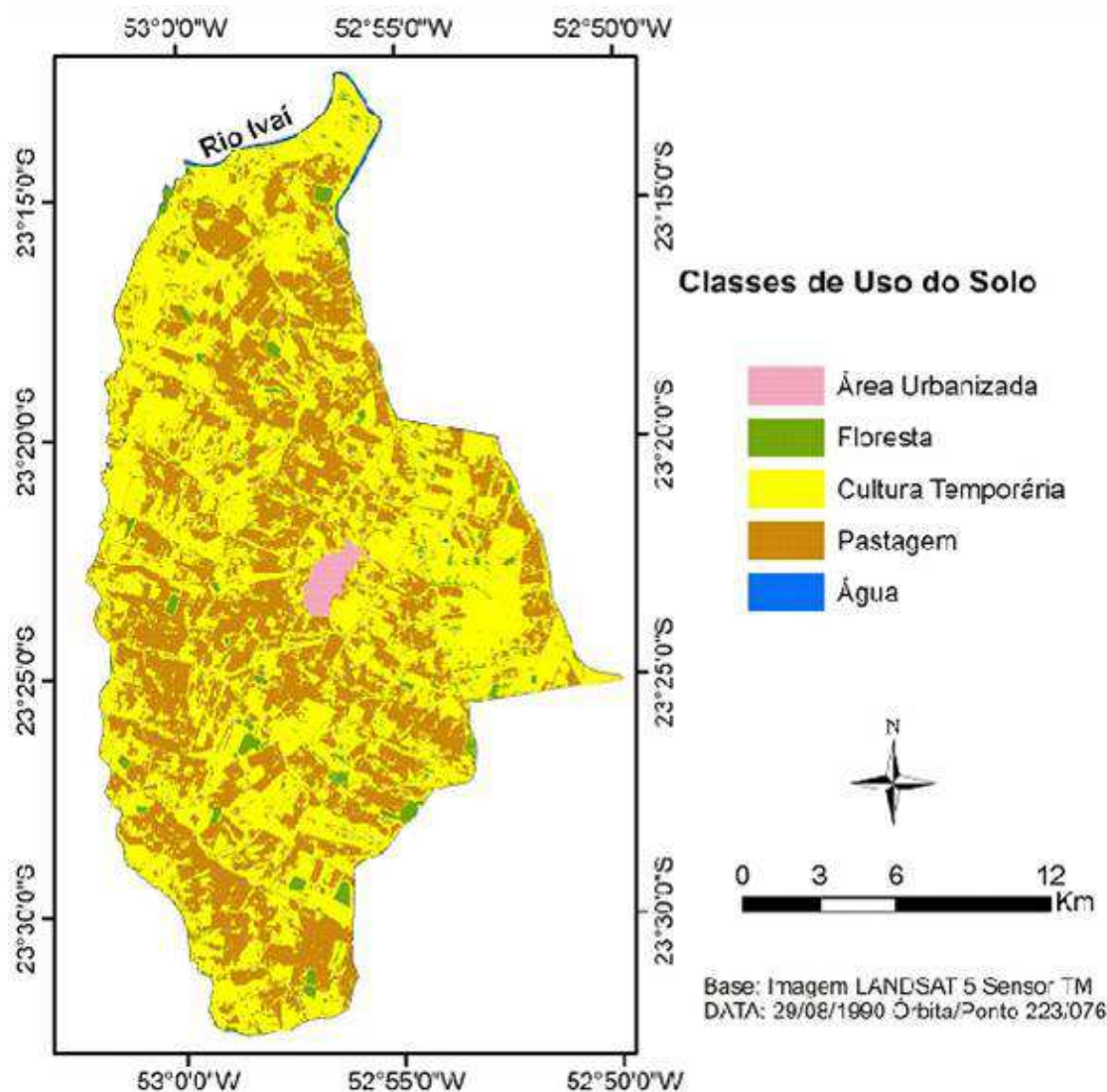
Conforme dados mapeados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE -, para as décadas de 2000 e 2010, os percentuais de cobertura florestal se alteraram para 3,77% e 4,54%, respectivamente. Contudo, o conjunto de dados levantados permite deduzir que esse incremento está mais ligado com as questões econômicas do que propriamente com as preocupações com a preservação e conservação do meio ambiente. Sendo, no caso, possível indicar que esses incrementos referem-se à expansão de espécies exóticas plantadas.

Ao se analisar esse quadro de ocupação de solo (Figura 05) e considerando as estruturas sociais, a partir da proposição de Scott (1995), pode se entender que elas representam um sistema de papéis a serem desempenhados, assim como elas dependem das redes padronizadas, das posições sociais e das expectativas. São representadas pelo poder e pela governança em relação ao pilar institucional regulador; aos regimes e à autoridade com o pilar normativo; e à identidade e ao isomorfismo na categoria cognitiva. Por fim, as rotinas significando os padrões, protocolos e procedimentos em relação ao pilar regulador; à conformidade e ao cumprimento do dever no pilar normativo; e aos roteiros e desempenhos no pilar cognitivo.

Nesse caso de desbravamento, ocupação e uso do solo para finalidades agricultáveis e criação de animais, era fundamental que os colonizadores conhecessem as regras e leis. Além disso, era necessária a presença física da governança do poder público para dar conformidade aos procedimentos padronizados, produzindo a conformidade do pilar institucional regulador. Esse cenário ideal influenciaria os valores e expectativas e o significado de cumprimento do dever estaria atrelado ao cumprimento das regras e leis configurando o pilar normativo nessa mesma direção. Nesse pormenor, é importante redizer que, de acordo com Scott (1995), o

comportamento dos agentes são influenciados pelas estruturas tanto nas restrições quanto nas suas capacitações, sendo esses agentes transformados por esse mesmo comportamento.

Figura 5 – Classes de uso do solo de Cidade Gaúcha – 1990.



Fonte: INPE

No caso do pilar cognitivo, inserido nesse cenário ideal, o mesmo estaria umbilicalmente ligado à ênfase da legitimação que estaria revestindo a questão regulatória da efetiva legalidade e, por extensão, seria determinante na construção social em movimento, dando ao pilar normativo plena moralidade. Então, o pilar cognitivo teria como base a cultura e o domínio de conceitos apropriados à obra em execução, isto é, a legitimação não é apenas uma questão de valores; ela implica necessariamente em conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 1966). Em outras palavras, estaria isento do mimetismo e do isomorfismo.

No entanto, a história do desbravamento e da ocupação de Cidade Gaúcha nos mostra que o seu desenvolvimento não esteve alinhado com esse cenário ideal. No que concerne ao pilar institucional regulador, a grande maioria dos colonizadores pioneiros não traziam em suas características culturais nenhuma tradição com a cultura cafeeira. Também, desconheciam a lógica instrumental das regras, leis e sanções sobre os procedimentos exigidos pela lei para

promover o desmatamento e a ocupação do solo. Esses dois aspectos tiveram como agravante a ausência do poder público para, por meio da coerção, promover a aplicação das regras estabelecidas. Portanto, pode-se afirmar que não houve a legitimação da legalidade para o pilar regulador.

Por outro lado, as normatizações derivadas das obrigações sociais da época do desbravamento, principalmente da década de 1950, impostas pelos mecanismos normativos por meio da lógica da adequação, partindo-se da ótica dos colonizadores pioneiros, parecem terem sido seguidas e, portanto, legitimadas pela moralidade. Contudo, essas obrigações sociais não possuíam vínculos ou conexões com um processo legitimado pelas regras e leis e, muito menos, com obrigações sociais ligadas com a conservação do solo e com as preocupações com a preservação ambiental.

Para o pilar institucional cognitivo, considerando que toda legitimação implica necessariamente em conhecimento, ela se processaria por meio da cultura e do domínio de conceitos e técnicas, que, no caso em estudo, refere-se à cafeicultura e à conservação e uso do solo na dimensão da preservação ambiental. Contudo, já foi visto anteriormente que esses atributos não faziam parte da cultura e do conhecimento dos colonizadores pioneiros de Cidade Gaúcha e, como consequência, podemos afirmar a inexistência de legitimação para o pilar institucional cognitivo.

As consequências da ausência dos pilares institucionais para as questões ambientais e ocupação da região podem ser exemplificadas com a situação da combinação do uso da terra de Cidade Gaúcha, identificada em 2010 (Figura 05), com as florestas representando somente 4,54% da área do município. Nesse caso das florestas, resgate-se que esse percentual representa a soma de florestas naturais e florestas plantadas.

Sobre os cuidados e preocupações com os recursos hídricos, podemos afirmar que o quadro da década de 1950 ainda está refletido na atualidade, isto é, a ausência de informação e de conhecimento, que leva a decisões sem interface com as leis e normas, pode ter como exemplo o resultado do estudo sobre a contaminação da água provocada pelo uso de agroquímicos na cultura de arroz irrigado em Querência do Norte, realizado por Chicati et al. (2012), isto porque esse município também é limítrofe ao Rio Ivaí e localiza-se à jusante de Cidade Gaúcha. Nessa região se observou a utilização de cloroacetamida que, apesar da sua presença não ser perturbadora para os seres humanos e aves em razão de não ser considerada cancerígena, esse produto não está registrado para irrigação de arroz no Estado do Paraná.

Em suma, ausência de conhecimento e tradição com a cafeicultura, desconhecimento total do código florestal vigente à época e completa ausência dos agentes do poder público conduzem à indagação sobre como se desenvolveu o processo de desmatamento, ocupação e plantio dos cafezais na região de Cidade Gaúcha. Esses aspectos confirmam a proposição de que as decisões e ações dos agentes colonizadores de Cidade Gaúcha no Estado do Paraná foram baseadas no isomorfismo mimético, em razão da sua baixa profissionalização, combinada com a baixa eficiência das instituições públicas quanto à orientação e fiscalização.

5 CONCLUSÕES

O estudo demonstrou que o processo de desbravamento e ocupação de Cidade Gaúcha não teve interface com os preceitos da teoria neo-institucionalista. No que concerne ao pilar institucional regulador, todos os pioneiros entrevistados desconheciam a lógica instrumental

das regras, leis e sanções sobre os procedimentos exigidos pela lei para promover o desmatamento e a ocupação do solo.

Observa-se, também, que não houve a legitimação da legalidade para o pilar regulador, uma vez que a maioria dos entrevistados indicou que havia uma ausência completa de fiscalização e orientações por parte do poder público.

Quanto às normatizações derivadas das obrigações sociais que deveriam ser impostas pelos mecanismos normativos por meio da lógica da adequação aos usos e costumes, de acordo com a ótica dos colonizadores pioneiros, foram atendidas. Contudo, essas obrigações sociais não possuíam vínculos ou conexões com um processo legitimado pelas regras e leis e, muito menos, com obrigações sociais ligadas com a conservação do solo e com as práticas da preservação ambiental.

Para o pilar institucional cognitivo, a pesquisa mostrou que esses atributos não faziam parte da cultura e do conhecimento dos colonizadores pioneiros de Cidade Gaúcha.

No caso em estudo, podemos identificar que, no primeiro momento, as decisões e as ações tiveram como base a forma como foi implantada a lavoura cafeeira em áreas próximas e nos peões contratados que detinham o saber tácito adquirido em fronteiras cafeeiras anteriores, no Norte Pioneiro, Norte e Norte Novo. Outro aspecto básico liga-se com o fato de que a chegada dos colonizadores pioneiros deu-se de forma distribuída durante a década de 1950, estabelecendo uma espécie de corrente com os primeiros servindo de modelo para os seguintes, formando uma replicação sequencial.

Portanto, a ausência dos pilares institucionais – regulador, normativo e cognitivo –, comprovada pela ausência de conhecimento e tradição para a cafeicultura por parte dos pioneiros colonizadores, ausência do poder público durante todo o processo do desmatamento e ocupação do solo, principalmente na década de 1950, e a falta de especialistas capazes de estabelecer uma base cognitiva e de legitimidade para o processo em questão fornecem indícios sólidos para a conclusão de que o mesmo se desenvolveu por meio do isomorfismo mimético, assim como, de forma englobada, os resultados possibilitaram, também, caracterizar a falta de flexibilidade teórica e ética por parte dos agentes geográficos colonizadores de Cidade Gaúcha – PR.

Em suma, o desconhecimento total do código florestal vigente à época e a completa ausência dos agentes do poder público conduzem à conclusão de que as decisões e ações dos agentes colonizadores de Cidade Gaúcha, no Estado do Paraná, foram baseadas no isomorfismo mimético em razão da sua baixa profissionalização combinada com a baixa eficiência das instituições públicas quanto à orientação e fiscalização.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas, **A construção social da realidade**. 21. ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

CHICATI, Marcelo Luiz; NANNI, Marcos Rafael; CÉZAR, Everson. Chemical contamination of water in irrigated rice on Paraná state, Brazil. Londrina: **Semina: Ciências Agrárias**, v. 33, n. 4, p. 1455-1462, jul./ago. 2012.

DIMAGGIO, Paul J; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v.48, Issue 2 (Apr., 1983), 147-160.

DAI, Xiaolong.; KHORRAM, Siamak. The effects of image misregistration on the accuracy of remotely sensed change detection. **IEEE Transactions on Geoscience and Remote Sensing**, v. 36, n. 5, p. 1566-1577, 1998.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados**. 21. ed. Curitiba: Cadernos Paraná Gente, 2006. 342 p.

GOMES, Valdir. **O papel dos agentes colonizadores em Cidade Gaúcha - PR à partir da década de 1950**: um estudo na perspectiva neoinstitucionalista. 2014. 171 f. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Maringá - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Manual Técnico de Uso da Terra**. 2. ed., Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: www.inpe.br.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: www.ipardes.gov.br.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná**. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Departamento de História, (3):1-52, jun. 1963.

MANEN, Max Van. **Researching lived experience**: human science for action sensitive pedagogy. New York: New York Press, 1990.

MINAYO, Mria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa na saúde. 11. ed. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2008.

OLIVEIRA, Franklin de. **Rio Grande do Sul**: um novo nordeste. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1960.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and organizations**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, Inc., 1995.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361 f. Tese (Doutorado)–Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1991.

SULSOFT. **Manual do curso avançado de Envi 4.6**. [S.l.]: Sulsoft, 2009.